



José Calasans

FERNÃO CABRAL DE
ATAÍDE E A
SANTIDADE DE JAGUARIBE



**FERNÃO CABRAL DE
ATAÍDE E A
SANTIDADE DE JAGUARIPE**



Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Lourisvaldo Valentim da Silva
Reitor

Maria Nadja Nunes Bittencourt
Diretora da Editora

Conselho Editorial

Atson Carlos de Sá Fernandes
Jose Bittes de Carvalho
José Cláudio Rocha
Liege Maria Sitja Fornari
Ligia Pellon de Lima Bulhões
Luiz Carlos dos Santos
Narcimária do Patrocínio Luz
Sandra Regina Soares
Wilson Roberto de Mattos

Suplentes

Juracy Marques dos Santos
Leliana de Souza
Valdério Santos Silva
Miguel Cerqueira dos Santos
Diego Gervásio Frías Suarez
Mariângela Vieira Lopes
Gilmar Ferreira Alves

JOSÉ CALASANS

**FERNÃO CABRAL DE
ATAÍDE E A
SANTIDADE DE JAGUARIPE**

EDUNEB

**SALVADOR
2011**

© 2011 Cedido a Editora da Universidade do Estado da Bahia - EDUNEB para esta edição

Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica, resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional

Impresso no Brasil 2010.

Ficha Técnica

Projeto Gráfico
Geraldo Jesuino

Coordenação Editorial
Sidney Santos Silva

Revisão Linguística
Maria Nadja Nunes Bittencourt

Revisão de Arquivo
Ricardo Baroud

Ilustrações
Tripoli Gaudenzi

Diagramação
Sidney Santos Silva

Ficha Catalográfica - Sistema de Bibliotecas da UNEB

Calasans, José
Fernão Cabral de Ataíde e a santidade de Jaguaripe / José Calasans . Salvador :
EDUNEB, 2011.
69p. : il. – (Coleção nordestina).

ISSN: 978-85-7887-092-8.

1. Brasil - História - Período colonial, 1500-1822. 2. Índios da América do Sul -
Brasil - Religião e mitologia. 3. Igreja católica - Brasil - História. 4. Inquisição -
Brasil - História. 5. Jaguaripe(BA) - História.

CDD: 981.03

EdUNEB
Editora da Universidade
do Estado da Bahia

Editora filiada à

ABEU
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Editora da Universidade do Estado da Bahia – EDUNEB

Rua Silveira Martins, 2555 - Cabula

41150-000 - Salvador - Bahia - Brasil

(71) 3117-5342

editora@listas.uneb.br

www.uneb.br

JOSÉ CALASANS

**FERNÃO CABRAL DE
ATAÍDE E A
SANTIDADE DE JAGUARIBE**

TRABALHO APRESENTADO AO 2.º
CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA

EDUNEB

**SALVADOR
2011**

PREFÁCIO

O Professor José Calasans é um Mestre Pesquisador!

Estudando antigos fatos da História do Nordeste, como esta antiquilha pinçada nos escritos da Primeira Visitação do Tribunal da Inquisição ao Brasil, ele já busca fazer aquilo que o celebrizará entre seus contemporâneos, principalmente seus discípulos: transformar cada sujeito da história num Documento Vivo, iniciando, entre historiadores brasileiros, o Método da História Oral.

A SANTIDADE DE JAGUARIPE é o nome dado à história em torno da movimentada existência do homem mais falado da Bahia na era da Primeira Visitação do Santo Ofício.

Como se trata de documento da mais alta significação para a História Social e Cultural do Brasil no alvorecer da sociedade, exatamente no século XVI, na Bahia, sede do Governo Geral, todos os personagens de época são rigorosamente convocados e anunciados, quase como numa Embaixada dos folguedos populares que, entre o povo não letrado, tiveram a função-missão de contar para as gerações dos séculos seguintes os Fastos das três matrizes fundadoras do Brasil naquele Despertar de Mundo.

Os brancos são representados pelo personagem principal do raconto - Fernão Cabral de Ataíde, ora herói pertencente à parentela de Pedro Álvares Cabral, prestador de serviços ao

Governador Geral, ora se misturando com os “negros da terra e os negros vindos de fora” .É também um sujeito carregado de pecados, principalmente aquele de “ter queimado viva uma negra prenhe”. Era seu maior crime, porque ele usurpara a Prerrogativa da “Santa Inquisição”, que enviara seu Visitador ao Brasil com o objetivo de purificar pelo fogo a sociedade recém nascida. Nesta história, como aliás na História Colonial brasileira, a Igreja “exempla” alguém das altas camadas, comerciante, fazendeiro ou senhor de engenho, como o nosso personagem, não só para lhe saquear os bens, mas também para mostrar poder às autoridades e a toda população que fervia no caldeirão onde se preparava a ‘nova colônia do Império Lusitano”.

Os negros e os índios, que nesta história são confundidos indiscriminadamente, têm direito a viver a classificação dada a seus descendentes ora mamelucos ora mulatos.

A história da Santidade mostra o desespero de povos dominados pela avassaladora europeização demolidora do universo organizado pelos “naturais” do Novo Mundo a ser transformado nos pastos produtores de alimentos para gentes e mercadorias para comércios em outros mundos. Tão cruel quanto essa submissão ao trabalho esgotante da escravidão, é a transformação das índias em produtoras de “braços para o trabalho”. Por isso, matando uma negra já com a cria encravada no ventre, Fernão Cabral havia cometido mais um crime no sistema sócio econômico da “plantation”, empresa gerenciada, controlada e civilizada pelos súditos de Sua Magestade e os Soldados de Cristo.

É interessante o método utilizado por Calasans para nominar todas as categorias sociais encarregadas do mando: de José de Anchieta a Nóbrega, Mem de Sá, governadores, capitães, mulheres de fazendeiros e senhores de engenho, mestres de ofício, compadres e comadres, todos estão envolvidos, como testemunhas de acusação ou defesa, viram ou não viram nada, mas, como ingredientes ou simples temperos, todos ferveram no caldeirão mexido pelo Santo Ofício naqueles idos seiscentistas do Brasil, pelo olhar trocista e brilhante do Mestre Calasans.

Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros

Antropóloga

Professora de Antropologia da UERJ.

Doutorado em Ciências Sociais -PUCSP;

Pós-Doutorado em Antropologia – UNICAMP e

Pós-Doutorado em Ciência da Literatura - UFRJ.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
AS SANTIDADES	19
ÉPOCA E LOCAL	23
O CRIADOR DA SANTIDADE	25
TOMACAUNA	30
A MISSÃO DE TOMACAUNA	31
NA FAZENDA DE FERNÃO CABRAL	36
A AÇÃO DO GOVERNADOR	40
FERNÃO CABRAL DE ATAÍDE	43
A RESPONSABILIDADE DE FERNÃO CABRAL	49
A QUEIMAÇÃO DA NEGRA	52
A CONDENAÇÃO	58

Fernão Cabral de Ataíde
e a Santidade de
Jaguaripe

APRESENTAÇÃO

Texto produzido para ser apresentado no II Congresso de História da Bahia e publicado pela primeira vez sob o selo das Artes Gráficas, em 1952, *Fernão Cabral de Ataíde e a Santidade de Jaguaripe* resulta de criteriosa pesquisa documental e laborioso estudo bibliográfico, assentado nos escritos de cronistas coloniais, representando segundo depoimento do próprio autor, José Calasans, sua iniciação no assunto que ele categorizou como messiânico, conceito com o qual começaria suas pesquisas sobre Antonio Conselheiro e o episódio Canudos, sem desconsiderar a forte e definitiva impressão que antes lhe causara a leitura de “Os Sertões”, de Euclides da Cunha.

Acontecimento passado na Bahia, na região do Recôncavo, durante o período colonial, o fato ainda não merecera interesse maior entre os historiadores, razão pela qual o trabalho de Calasans pode ser inscrito entre os pioneiros sobre o tema. Tornou-se, todavia, em que pese sua importância e a modesta bibliografia existente sobre o acontecimento, obra rara daquelas somente encontráveis nos velhos sebos, aguardando os olhos e as mãos de algum bibliófilo ou pesquisador em busca de auxílio teórico.

A publicação de 1952, opúsculo de 59 páginas e modestíssimo projeto gráfico, estava a merecer uma nova edição que fizesse jus a sua importância e a grandeza intelectual do autor, completando neste ano de 2011, dez anos de falecido.

Assim é que por iniciativa do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB, a Casa da Bahia, com o apoio da EDUNEB, a Editora da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, vem a público esta nova versão deste importante estudo sobre a religiosidade popular, agora acrescida de um prefácio escrito pela antropóloga Luitgarde Barros, acadêmica de muitos títulos e especialista na matéria. Somam-se ao texto da mestra alagoana as magníficas ilustrações do médico e pintor Trípoli Gaudenzi, cujo talento nos premia com o desenho da capa e duas imagens inseridas no miolo do livro, que recriam a Igreja e a aldeia de Jaguaripe, cenários da sublevação do século XVI que reuniu índios, escravos e mestiços no enfrentamento da ordem colonial.

Boa leitura.
MANOEL NETO
Historiador/pesquisador
UNEB/IGHB



AS SANTIDADES

Entre os costumes dos primitivos habitantes do Brasil – que os primeiros homens brancos observaram com assinalado interesse – um dos mais impressionantes consistia, sem dúvida alguma, no aparecimento periódico de grandes feiticeiros, dotados de extraordinário poder sobrenatural, aos quais chamavam os indígenas de *caraíbas*, palavra que, num vocabulário tupi do século XVI, aparece com a significação *de coisa santa*¹.

Manuel da Nóbrega, Aspilcueta Navarro, Pero Correia, Jean de Lery, entre outros, deixaram valiosos depoimentos a respeito da prática selvícola, focalizando todos eles a movimentação geral das tabas, os preparativos da festiva recepção ao considerado *ente superior*, o medo que causava a presença da *santidade*, “*caraimonhonga*” na língua do gentio, *uma cabaça em figura humana*, que os *caraíbas* conduziam.

Numa carta de Nóbrega, escrita em 1551, a chegada da *santidade* é pormenorizadamente descrita. “De certos em certos anos”, disse o padre, “vêm uns feiticeiros de mui longes terras fingindo trazer *santidade* e ao tempo de sua vinda lhes mandam limpas os caminhos e vão recebê-los com dansas e festas, segundo

1 Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil – Confissões da Bahia – 2.^a ed, pág. XVIII. – A informação é de Capistrano Abreu.

seu costume e antes que cheguem ao lugar andam as mulheres, de duas em duas, dizendo publicamente as faltas que fizeram a seus maridos umas às outras, pedindo perdão delas. Em chegando o feiticeiro com muita festa ao lugar, entra em uma casa escura e põe uma cabaça que traz em figura humana, em parte mais conveniente para seus enganos e mudando sua própria voz em a de um menino junto da cabaça lhes diz que não cuidem de trabalhar, que não vão à roça, que o mantimento por si crescerá”². Recebia sempre ao som de instrumentos musicais, a *santidade* como que ficou associada à idéia de música, comenta Serafim Leite servindo-se de uma definição empírica colhida num manuscrito quinhentista: “santidade chamam a seus músicos e tocadores”³.

Durante dias, com a chegada dos *caraíbas*, os índios bebiam o *petim*, erva santa, entre danças e cantos. No estado de embriaguez a que geralmente chegavam, tornavam-se violentos, perturbadores. Iam mesmo ao cometimento de assassinios. Pero Correia informa que dois dos melhores *línguas* foram mortos numa destas oportunidades⁴. Os selvagens, aliás, criavam embaraços aos brancos que pretendiam ver de perto as cerimônias do culto. Jean de Lery, por exemplo, foi advertido pelo seu intérprete quando pretendia chegar ao local sagrado. Ele correria grande perigo, disse-lhe. As mulheres da tribo também procuraram impedir sua ida ao lugar onde estava o *caraíba*. O francês hesitou. Mas foi vencido pela curiosidade. Viu tudo e

2 Nóbrega (Manuel da) – Cartas do Brasil – Rio – 1931, p. 99.

3 Leite (Serafim) – História da Companhia de Jesus no Brasil – Rio – Vol. II, pág. 21.

4 Correia (Pero) – in “Cartas Avulsas” – Rio – 1931, pág. 98.

nada lhe aconteceu. Confesso, todavia, que ouvindo, à distância, os urros dos selvícolas, ficou amedrontado⁵. O ritual, em verdade, apavorava nos primeiros tempos. A situação, porém, tomou outra feição aos poucos. À medida que a ação da igreja se tornou mais forte, o antigo hábito passou a sofrer a influência do catolicismo. Perdeu seu aspecto apavorante. O sincretismo religioso produziu novos efeitos. Esta santidade primitiva, observou o padre Serafim Leite, não tardou a sofrer o influxo de fora e a se transformar numa corruetela da religião cristã. Já em 1552, na Capitania de Pernambuco, um feiticeiro que se intitulava parente dos padres, garantia que eles diziam a verdade, tanto assim que ele próprio morrera e ressucitara⁶. Registrar-se-iam muitos outros exemplos do sincretismo católico-gentio. Alguns indígenas, que freqüentavam as escolas dos jesuitas ou viviam nas suas aldeia, com uma leve tintura de doutrina cristã, passavam a ser chefes de perigosas seitas. Em 1574, um bugre da Capitania do Espírito Santo, que aprendera alguma coisa com os inacianos, estabeleceu-se em Porto Seguro. Dizia-se filho de Deus e da Virgem Maria e afirmava que fugira de Portugal para não ser crucificado. Fizera plantar seis ídolos de madeira, de forma humana e tamanho natural, que serviam de barreiras para pontaria. Quem acertasse no alvo era julgado forte; aqueles que errassem não levantariam mais a cabeça. Dois paus de 50 a 60 palmos de altura, à madeira de mastros com gávea, fincados no chão, por onde se subia ao céu ou descia à terra, lá estavam. O púlpito do estranho pregador era a gávea⁷. Alcântara

5 Lery (Jean de) – Viagem à Terra do Brasil – Livraria Martins – S. Paulo, pág. 193.

6 Leite (Serafim) – op. cit. pág. 23.

7 Confissões da Bahia – pág. XIX.

Machado, no seu livro “Vida e Morte do Bandeirante”, conta outro fato sugestivo ligado ao mesmo ciclo místico. Na aldeia paulista de N. S. dos Pinheiros, no ano de 1590, um *negro da terra*, que aí se creara, arvorado em *Mãe de Deus*, acometera com os seus seguidores o templo da localidade, decapitando a imagem de Maria⁸.

Tomado de ira contra o deus dos católicos, o velho Page estava a serviço da luta contra o colono escravizador e o padre catequista. Era mister dar cerrado combate ao elemento invasor, usando daquele imenso poderio que a *santidade* concedia ao *caraíba*. A lei dos brancos estava errada, porque toda a verdade emanava da *caraimonbanga*. A santidade, declarou Luiza Barbosa, tratando de um caso ocorrido possivelmente em 1566, “era um deus que eles (os índios) tinham que lhes dizia que eles não trabalhassem porque os mantimentos por si só haveriam de nascer e que quem não cresce naquela santidade se havia de converter em caça para eles comerem e que aquela sua santidade era santa e boa e que a lei dos cristãos não prestava e assim diziam e tinham outros muitos despropósitos”⁹.

Semelhante idolatria, mui comum no litoral e nos sertões, mereceu constante combate da Igreja e preocupou, principalmente no primeiro século, os responsáveis pela ordem pública. Receiou-se, algumas vezes, que a abusão gentia tomasse maiores proporções,

8 Machado (Antônio de Alcântara) – Vida e Morte do Bandeirante – 1930 – pág. 212.

9 Confissões da Bahia, pág. 65. Confessando-se em 1591, com 37 anos, disse Luiza Barbosa que aos 12 anos, portanto em 1566, ela soubera da existência de uma santidade na Bahia.

a ponto de constituir uma verdadeira rebelião das tribos. Em nenhum ensejo, o perigo pareceu maior do que em 1585, quando no interior baiano surgiu uma *santidade* anunciando, entre outras coisas, que os portugueses passariam a ser escravos dos brasís.

A pitoresca história desta *santidade*, que Fernão Cabral de Ataíde acolheu nas terras do seu engenho em Jaguaripe, vem largamente referida nas *Confissões e Denúncias* da Bahia ao tempo da Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil, documentos de que nos servimos para a reconstituição do importante episódio histórico, bastante elucidativo da sociedade colonial no século primeira da formação brasileira.

ÉPOCA E LOCAL

Foi em 1585, segundo as melhores fontes. Robert Southey, firmado Jarric, registra o fato como tendo ocorrido em 1583. Serafim Leite, porém, verificou que a *Anua* jesuítica sobre o caso foi a de 1585¹⁰. Fernão Cabral, envolvido nos acontecimentos, declarou, em 1591, que a *santidade* aparecera há “seis anos pouco mais ou menos”, afirmação que está conforme a data apresentada pelo ilustre historiador da Companhia de Jesus¹¹.

O ídolo apareceu no interior baiano, para a banda do Jaguaripe, num ponto denominado *Frio Grande, roigalbes* ou

10 Southey (Robert) – História do Brasil – vol. II, pág. 7; Leite (Serafim) – op. cit., pág. 23. Jarric diz... “environ l’na 1583”.

11 Confissões da Bahia – pág. 28.

royguaçu no idioma tupí. São duas pessoas, ambas conhecedoras dos sertões, que fazem alusão a Frio Grande, divergindo, apenas, quanto ao nome indígena correspondente. *Roigalhes* para Gonçalo Fernandes; *roigaçu*, segundo Diogo Dias¹². Um terceiro informante, morados em Paripe, fala no “sertão do azabope”¹³. Perto de Frio Grande estava Palmeiras, lugar também chamado Palmeiras Compridas¹⁴. Aconselhava Capistrano de Abreu que os citados pontos, vagamente nomeados nos papéis da Primeira Visitação, deviam ser procurados entre os rios Real e Paraguaçu¹⁵. Pensamos que não. Os locais mencionados estão além do Jaguaripe. Ficavam no sertão do *campo grande*, na conformidade do depoimentos de Braz Dias¹⁶. Por sertão do “campo grande”, no documentário do século XVII, entende-se toda uma zona, imprecisamente determinada, ao oeste da *aldeia dos maracás*, na serra do Orobó, elucida Felisbelo Freire¹⁷. Assim sendo, como ponto de partida para um debate esclarecedor, podemos avançar que o Frio Grande estaria situado em algum trecho da serra do Orobó, já no primeiro século constantemente invocada.

12 Conf. 87 “no serão onde chamam pela sua língua gentia roigalhes (roigate?) que quer dizer Frio Grande”; Den. 474: “no sertão onde pela língua do gentio chamam royguaçu, que quer dizer Frio Grande. A razão parece estar com Diogo Dias.

13 Den. 423. Azapobe ou arabope? deixa o copista a dúvida. Pe é preposição da língua geral, em. em Arobó ou Orobó.

14 Conf. 104 e 171. Tomacauna refere-se a Palmeiras Compridas.

15 Conf. XXII. Capistrano de Abreu escreveu no Prefácio às Confissões da Bahia.

16 Conf. 122.

17 Freire (Felisbelo) – História Territorial do Brasil, vol. 1, págs. 40 a 44.

O CRIADOR DA SANTIDADE

Chamava-se Antônio o criador da *erronia*. Era um índio cristão, que vivera com os jesuitas na casa de Tinharé. Intitulava-se *Papa*, espalhando entre seus adeptos que escapara do dilúvio de Noé metido no olho de uma palmeira¹⁸.

Organizara verdadeira côrte celeste, na qual ficava em primeiro plano uma índia que todos os crentes denominavam a *Mãe de Deus* ou *Santa Maria*. Ao seu lado, estava o filho de Santa Maria, também conhecido por *filho de Deus*, *Santinho*, *Deus e Tupanacú*¹⁹. Santos e santas, vigário e sacristão, ministros, uma ordem de bispos completavam o celestial estado maior²⁰. Possuíam rosários e livros feitos de casca de certa madeira delgada, com caracteres desconhecidos²¹. Diogo Dias, neto do

18 “O dito chamado Papa, autor e inventor da dita erronia e abusão, o qual se chamava Antônio e era do gentio deste Brasil e se criou em casa dos padres da Companhia de Jesus, no tempo que eles tinham aldeias em Tinharé, capitania de Ilheus, donde ele fugiu para o sertão”. Conf. 169. “Outro negro maioral da dita santidade a que eles chamavam papa, o qual dizia que ficara no dilúvio de Noé e escapara metido no olho de uma palmeira”. Den. 277.

19 Den. 265 – “Um negro a quem chamavam filho de Santa Maria”. Den. 254 – “um principal a que chamavam Santinho” e uma mulher chamavam Santa Maria”. Den. 321 – “um negro a que chamavam Tupanacú, que quer dizer Deus Grande”.

20 Southey – op. cit., pág. 5; Conf. 28 e 105; Den. 251 e 265.

21 Southey – op. cit., pág. 5; Conf. 28. “Penduravam na casa que chamavam igreja umas taboas com uns riscos que diziam que eram cantos bentos”.

²¹ Denúncias, 473.



patriarca Caramurú, num depoimento que merece transcrito, assim se expressou a respeito das cerimônias da *santidade* com um ídolo de pau, em uma casa ao modo de igreja, na qual estava uma pia de batizar onde os mesmo índios se batizavam uns aos outros e uma pia com água benta com seu hissope e um altar com castiçais de pau e uns livros de folhas de táboas de pau com certas letras escritas por que eles a seu modo liam e com uma cadeira feitar de um só pau inteiro em que eles como no confessionário confessavam as fêmeas e todos tinham entre si na dita abuso um certo modo de linguagem novamente por eles inventado que ninguém lhes (sic) senão eles e o dito ídolo estava no altar e tinha figura como de gentio em pé com cabelo feito ao modo do gentio e a ele chamavam que era o seu Deus e lhes faziam cerimônias na dita casa em que o tinham, arremedando e contrafazendo os usos e cerimônias que se costumam fazer nas igrejas dos cristãos, mas tudo contra-feito a seu modo gentílico e despropositado”²¹.

O ídolo não era, como informa Diogo Dias, uma figura de pau e sim de pedra, segunda declarações de outros informantes²². Media um côvado de altura e trazia uma veste, declarou Gaspar Dias Barbosa, a quem o Governador Teles Barreto mostrara a pela gentílica²².

O uso do fumo, nas práticas do culto, era como que obrigatório. “Defumavam-se com fumos de ervas que chamavam santa e bebiam o dito fumo”, narrou Gonçalo Fernandes, até que caíam bêbados com ele, dizendo que com aquele fumo lhe entrava

22 “Era uma figura de pedra, que não demonstrava ser figura de homem, nem de mulher, nem de outro animal”. “Conf. 28; “e trouxe o pagode que era uma figura de mármore”. Dens. 276 e 382.

o espírito da santidade”²³. Bebamos o fumo que ele é o nosso Deus que vem do Paraíso, concitou um tal Vicente Moura, mameluco, falando, com ênfase, aos seguidores do ídolo²⁴.

Embragados, blateravam os índios contra os brancos, ameaçando-os. O deus do gentio viria livrá-los do cativeiro; os cristãos tornar-se-iam escravos dos selvícolas²⁵. Asseveravam os sectários, consigna Southey, que as almas dos seus maiores chegariam num navio para livrá-los dos opressores, exterminando os portugueses e que destes os poucos que escapassem seriam convertidos em peixes, porcos e outras animálias. Todos que nisso acreditassem iriam infalivelmente depois da morte para um lugar de delicias, mas os incrédulos seriam despedaçados por bestas feras e aves de rapina²⁶. Dar-se-ia também a metamorfose dos incrédulos em pássaros e bichos do mato²⁷. Lavando-se, todavia, salvar-se-iam os cristãos de um fogo novo que entre eles apareceria em breve²⁸.

O sentido messiânico da pregação ganhava terreno. Repercutia no meio dos próprios bugres já considerados cristãos. O *Papa* criou seu corpo de missionários que se dirigiam às aldeias de índios sujeitos aos portugueses. Numerosos *brasis*

23 Confissões, 105.

24 Denúncias, 568.

25 Confissões, 87. “Vinha já o seu Deus a livrá-los do cativeiro em que estavam e fazê-los senhores da gente branca e que os brancos haveriam de ficar seus cativos”.

26 Southey – op. cit. 6.

27 Confissões, 87.

28 Consistências, 105.

abandonavam suas habitações, cometendo tropelias, queimando propriedades, matando cristãos, na ânsia de alcançarem os domínios da santidade²⁹. Aqueles que não logravam fugir, praticavam as cerimônias onde quer que se encontrassem. “Ou fugiam aos seus senhores” – depôs Gonçalo Fernandes, “para o dito sertão a juntar-se na dita abusão ou não fugiam, onde quer que cá estavam usavam as ditas cerimônias e criam na dita abusão”³⁰. Na fazenda de Álvaro Rodrigues, em Cachoeira, segundo Pero de Moura, os *negros da terra* praticavam à maneira dos adoradores da santidade³¹; em Paripe, ocultamente, índios forros e cativos, bem como mamelucos da zona, cultuavam a famosa abusão³².

O movimento idólatra tomava feição de perigosa rebeldia, quando o governo da colônia resolveu intervir com energia. Não era possível que o índio Antônio e seus fanáticos sequazes continuassem ameaçando a paz baiana. A cidade do Salvador estava em perigo. Não estamos conjecturando. Diogo Dias, já citado, ao par da situação, afirmou, textualmente, em 1591: “temia-se muito que houvesse uma revolta contra a cidade”, porque “cristãos novos e forros fugiam a seus senhores para a dita idolatria”³³.

29 Southey – op. cit. 6.

30 Confissões, 87.

31 Denúncias, 567.

32 Confissões, 88.

33 Denúncias, 474.

TOMACAUNA

Coube a Domingos Fernandes Nobre, por alcunha Tomacauna, a delicada missão de fazer descer dos sertões os acompanhantes do carismático gentio da ilha de Tinharé.

Filho de Miguel Fernandes, homem branco, pedreiro de profissão e de Joana, indígena, Tomacauna, que alguns também chamavam Tamacuna, nascera na Capitania de Pernambuco. Tinha 46 anos em fevereiro de 1592, quando confessou suas culpas ao Visitador Heitor Furtado de Mendonça. Dos 18 aos 34 anos vivera do meio da indiada, praticando com eles, bebendo fumo, pintando as pernas com urucú, fazendo tatagens, possuindo muitas mulheres, dormindo com as próprias afilhadas, tangendo pandeiros, cantando e falando na língua da gente brasílica. Acompanhara Antônio Dias Adorno na entrada de Porto Seguro; subira até Orobó, a mando de João de Brito de Almeida, filho do Governador Luiz de Brito; estivera em Ilheus com João de Remirão, senhor de engenho em Tasuapina; andara nos sertões do S. Francisco, onde ofertava espada e facas aos inimigos dos brancos; gabava-se de haver representado o papel do feiticeiro, numa oportunidade difícil, conseguindo iludir e depois dominar alguns indígenas que tencionavam matá-lo³⁴. Sua confissão, onde recolhemos esses dados biográficos, revela-nos que ele era representante de um tipo muito comum no século inicial da vida brasileira. Figura mista de cristão e gentio. Mameluco do litoral permanentemente seduzido pelo nomadismo sertanejo.

34 Confissões, págs. 167 a 169. Era casado com Isabel Beliaga, de côr branca.

A MISSÃO DE TOMACAUNA

Ir aos sertões, conviver com a indiada, trazer para o litoral aquele povo das selvas, seriam coisas mui agradáveis ao espírito aventureiro de Domingos Fernandes Nobre. Seduzira-lhe, evidentemente, aquela nova entrada ao sertão. Identificado com os primitivos habitantes da terra do pau-brasil, cujo idioma bem manejava. Tomacauna era, sem dúvida, um nome indicado para comandar a tropa que daria fim aos partidários da seita de Frio Grande.

Quem lhe teria dado a importante incumbência? O Governador Manuel Teles Barreto, afirmou Tomacauna. “Foi ele confessante”, explicou-se em 1592, “por mandado do governador Manuel Tele Barreto, por capitão de uma companhia de soldados que consigo levou para desfazer a dita erronia, prender e trazer os sustentadores dela dos quais muitos e a mór parte deles eram cristãos, que depois de serem cristãos fugiram para o dito chamado Papa, que também era cristão³⁵. Já Gonçalo Fernandes, que esteve procurando o discutido ídolo, garantiu que Tomacauna foi ao “sertão por mandado de Fernão Cabral de Ataíde par os trazer consigo por ser mameluco e saber bem a língua” ³⁶. O senhor de engenho em Jaguaripe, o mencionado Fernão Cabral, proclama sua iniciativa no caso em apreço, confessando que “estando este gentio levantando, ele confessante mandou gente de armas para o

³⁵ Confissões, 170.

³⁶ Confissões, 87.

fazerem vir do sertão”³⁷. Diogo Dias, neto de Caramurú e genro de Garcia D’Avila, não somente declara que Domingos Fernandes Nobre esteve a serviço de Fernão Cabral como ainda que Álvaro Rodrigues foi à procura do mameluco pernambucano para prendê-lo, por causa das suas ligações com o grupo da santidade. A prisão não se afetuou por interferência do prestigioso Fernão Cabral junto ao Governador, que encarregara Álvaro Rodrigues de ir prender Tomacauna³⁸.

O depoimento de Diogo Dias deixa entender que, na mesma época, duas companhias andaram à caça da santidade: uma de Manuel Teles Barreto e outra de Fernão Cabral de Ataíde. A primeira, que chamaremos oficial, disposta a resolver tudo a ferro e a fogo, violenta, matando os principais da seita que caíam prisioneiros. A outra, particular, contemporizando, imitando os adoradores. A expedição de Álvaro Rodrigues teve que abandonar o campo, “porque chegou uma provisão do Governador Geral, havida a instância do dito Fernão Cabral de Ataíde, que mandava ao dito capitão se tornasse, pelo que se tornou” ³⁹. Com o retorno da entrada de Álvaro Rodrigues, ficou Tomacauna sozinho no sertão, tendo entrando em contacto com os mantenedores da idolatria, fingindo acreditar na *santidade* deles. Encontrando-os, após alguns meses de busca, Domingos Fernandes e seus

37 Confissões, 28.

38 Denúncias, 474, “por mandado do dito Governador foi na campanha de Álvaro Rodrigues, mameluco de Cachoeira, que então foi por capitão de uma companhia para prenderem Domingos Fernandes Tomacauna e trazê-lo preso, porque andava com os mantenedores da idolatria no dito sertão”.

39 Denúncias, 475. O denunciante, Diogo Dias.

subordinados reverenciaram o ídolo permitindo que os índios fizessem sua procissão. Tangeram os instrumentos gentílico, cantaram, beberam fumos, tudo à moda dos acompanhadores da *Mãe de Deus*⁴⁰. Depois do festivo e cordial encontro, num sitio denominado Palmeiras, conseguindo captar a confiança dos principais daquela grei, ordenou Tomacauna que Domingos Camacho, feito do engenho de Fernão Cabral e Pantaleão Ribeiro, morador na fazenda de Diogo Correia de Sande, conduzissem os indígenas, inclusive a *Mãe de Deus* e o *Filho de Santa Maria*, que guardavam o ídolo, para Jaguaripe. Cerca de 60 pessoas⁴¹. Tomacauna escreveu a Fernão Cabral neste ensejo. Temos notícia da mencionada correspondência através da confissão do chefe mameluco. “Escreveu uma carta ao dito Fernão Cabral”, declarou ele, “em que lhe dizia que lhe mandava ali aquele índio com aquela gente seguidora da dita abusão, que poderiam ser algumas sessenta almas, que lhes fizesse boa companhia, enquanto ele confessante ia por adiante ao sertão porque não corresse ele perigo no sertão”⁴².

40 Confissões, 170.

41 Confissões, 170.

42 Confissões, 170. — Na expedição de Tomacauna, composta de mais ou menos 50 pessoas, iam Domingos Camacho, natural do Algarve, feitor do engenho de Fernão Cabral; Cristovão de Bulhões, mameluco, morador em Jaguaripe; Braz Dias, também mameluco, que morava igualmente em Jaguaripe; Simão Dias, outro mameluco; Pantaleão Ribeiro, branco, que era da fazenda de Diogo Correia de Sande; Pero Álvares e Agostinho Medeiros, além de Diogo da Fonseca, mulato. (Confissões, 105 a 122). Verificamos que muitos dos integrantes da entrada eram pessoas ligadas a Fernão Cabral de Ataíde, prova da sua influência na preparação do grupo.

Na sua confissão, já tantas vezes referida, assegurou Tomacauna que, antes de rumar na direção do *Papa*, que ele não encontrara no bando da *Mãe de Deus*, recebeu novo auxílio do Governador Geral. “Foi por adiante levando já consigo novo socorro de companheiros, que lhe mandou o Governador Manuel Teles” são suas expressões⁴³. Seria verdadeira a declaração? Tudo indica que a missão de Tomacauna não era oficial, que ele servia a um particular, ou seja, a Fernão Cabral. Resta-nos, porém, uma dúvida. Andaria o preador de índios perfeitamente ao par da situação? Quem nos dirá que ele não estava equivocado, vamos dizer *enganado*, supondo que era enviado do Governo, quando, em verdade, representava o senhorio de Jaguaripe? É uma questão, portanto, que fica em aberto.

Retomemos, agora, a trajetória de Tomacauna. Em Palmeiras Compridas recebeu novas do *Papa*, com quem já vinha entabulando negociações, a quem remetera um traçado, calções, um roupeta verde e um barrete vermelho. Domingos Fernandes esperou, no local acima citado, o superior da abusão. Antônio chegou com a vestimenta que recebera, acompanhado de muitos adeptos, em filas de três, as mulheres e crianças de mãos levantadas fechando o préstito. Pronunciaram palavras novas, movimentando os pés, as mãos, os pescoços, num ritualismo desconhecido. Tomacauna caiu de joelhos diante do *Papa*, bradando: *adoro-te bode, porque hás de ser odre*. Batizaram-no, à moda da santidade, e os indígenas viram nele um novo e fervoroso crente. Chamaram-lhe, então, *Filho de Deus e São Luiz*⁴⁴.

⁴³ Confissões, 171.

⁴⁴ Confissões, 170. Braz Dias (Confissões, 122) trata do batismo gentio:

Que teria acontecido depois? Tomacauna nada mais explica em sua longa confissão. O destino da entrada e a sorte do chefe Antônio nenhuma outra referência mereceram. Nas “Confissões” e “Denúncias” pouca coisa mais respigamos a tal respeito. Tomacauna caminhara, sertão a dentro, umas cinqüenta léguas, supunha Diogo Dias⁴⁵. Andara entre os selvícolas “uns oito ou nove meses”, calculara o mesmo denunciante. Cristóvão Bulhões, um dos coparticipantes da expedição, falou em oito meses⁴⁶. Silenciam, porém, todos eles, quanto ao fim do intitulado “*Papa*. De certeza, apenas sabemos que ele não alcançou a fazenda onde ficaram seus companheiros de crença. Fugiu no meio do caminho. É informação bebida na confissão de D. Margarida Costa, esposa de Fernão Cabral. Disse ela: “um negro, ao qual chamavam *Papa*, o qual no caminho do sertão fugiu e não chegou a dita fazenda com os demais”⁴⁷.

O maioral da abusão, o homem que agitou os sertões da Bahia, morreu tragicamente. É, pelo menos, o que ensina Roberto Southey, estribado em Jarric. Como, consoante apurou Serafim Leite, Jarric se baseava na *Anua* dos jesuítas relativa a 1585, a notícia deve merecer crédito. “Num sítio”, descreve Southey, “lançaram os índios convertidos mãos do propagador da rebelião e não lhes consentido o seu missionário fazer por suas próprias

“batiza com duas candeias acesas, com um prato d’água, benzendo-a lança pela cabeça de maneira que neste abusão vão arremedando os estilos que nós cristãos temos”.

45 Denúncias, 475.

46 Confissões, 104. Braz Dias (Confissões, 122) fala em 4 ou 5 meses.

47 Confissões, 79.

mãos pronta e sumário justiça foram reclamá-la do Governador, a quem levaram o delinquente. Foi-lhes este então entregue à discreção e eles cortaram a língua, instrumento com que os havia iludido a eles e a seus irmãos e depois o estrangularam”⁴⁸.

NA FAZENDA DE FERNÃO CABRAL

Fernão Cabral de Ataíde recebeu e acolheu, nas suas terras em Jaguaripe, a *Santidade*, a *Mãe de Deus*, o *Filho de Santa Maria* e a numerosa turma de acompanhantes, que aí permaneceram cêrca de três meses⁴⁹.

Tiveram permissão de levantar, meia légua distante da casa residencial do proprietário, um igreja, que foi denominada *Nova Jerusalém*⁵⁰. Gozaram plena liberdade de culto, cercados de todas as garantias. O senhor de engenho não consentia na ida de brancos ao local, senão depois de obtida a necessária licença. Domingos de Oliveira escutou Pero de Novais, morador na ilha de Maré, contar que “achando-se lá presente lhe disse o dito Fernão Cabral que se queria ir ver a igreja dos gentios que havia de se ir muito sizudo e que não se havia de rir e que havia de fazer suas reverências e adorações ao ídolo e que ele então não quis ir lá”⁵¹. O dono da fazenda

48 Southey, op. cit. 7.

49 Confissões, 29. “Por espaço de três meses pouco mais ou menos” (Fernão Cabral); “Dois meses pouco mais ou menos” (Margarida Costa); “Quatro ou cinco meses” (Francisco Abreu – Den. 315).

50 Confissões, 79 e Denúncias, 254 e 381.

51 Denúncias, 265.

era o primeiro a dar o exemplo, descobrindo-se respeitosamente quando entrava na casa da *santidade*, reverenciando-a, como um certo João Braz relatou ao jesuíta Fernão Cardim⁵², denúncia confirmada por Gaspar Aparício, de Passé, que vira Fernão Cabral de Ataíde tirar o chapéu e reverenciar o ídolo⁵³. O denunciado, aliás, não negou que assim houvesse procedido. Fez-se de esquecido. “A sua notícia vem” – confessou – “que algumas pessoas dizem que ele confessante quando entrou na chamada igreja fizera reverência e tirara o chapéu ao dito ídolo, porém que ele em sua memória não se afirma que tal fizesse, mas que em caso que se ache que fez, pede perdão disso e assim o pede de toda a mais culpa que neste caso cometeu”⁵⁴. Constava ainda, como agravante do seu proceder, que “convidara e honrara de comer junto de sua mesa em mesa levantada aos ditos gentios chamados *Santa Maria* e seu filho”, segundo denunciou Domingos de Oliveira⁵⁵. Não se tratava, unicamente, de fingimento, de hábil dissimulação para tirar vantagens, para aproveitar a estada dos índios. No fundo, ele era um homem supersticioso, amigo de bruxaria. Morava em casa de Fernão Cabral uma conhecida feiticeira do Recôncavo, Beatriz Correia, sua colega, de quem ele recebera um “bucho de peixe recheiado”, naturalmente uma peça de grande poder sobrenatural⁵⁶.

52 Denúncias, 328.

53 Denúncias, 387.

54 Confissões, 29.

55 Denúncias, 265.

56 Denúncias, 385. Beatriz Correia estava em Pernambuco em 1591, parece que degradada. Possuía, segundo Maria de Goes (Den. 413), uma “cobra dentro de uma botija e que fizera arribar uma ou duas vezes o navio

Margarida da Costa, esposa do famigerado Fernão Cabral, também viu com simpatia a chegada do pessoal da *Santidade*, agasalhando algumas indígenas, inclusive *Mãe de Deus*, a quem ofertou, certa feita, fitas, peixe e farinha, dando-lhe permissão para batizar índios já catequisados, nas terras de Jaguaripe. A Paula de Almeida, sua amiga, que assitira ao sucedido, justificou seu procedimento alegando que o marido estava ausente e, por isso mesmo, ela receiava alguma reação da indiada⁵⁷.

Todavia, conforme declaração dela própria, chegara a acreditar em toda aquela complicada manifestação de crença. “Não podia ser aquilo demônio”, pensava Margarida Costa, “senão coisa santa de Deus, pois traziam cruces de que o demônio foge e pois faziam grandes reverências às cruces traziam contas e nomeavam Santa Maria”⁵⁸. O sincretismo católico-gentio abalara suas convicções religiosas. Somente depois de desfeita a igreja, quando já iam levar o ídolo para Salvador, reagiu o catolicismo de Dona Margarida da Costa e ei-la batendo e cuspiendo a *santidade*, a ser tida como verdadeira sua declaração perante o Santo Ofício⁵⁹.

No seio de uma sociedade em formação, faltamente inclinada às crises de misticismo, os idólatras, amparados pelos senhores do próspero engenho, foram conquistando terreno, ganhando grande número de prosélitos. “Quase toda a gente da

em que ia degradada”.

57 Denúncias, 384.

58 Confissões, 78. Domingos Fernandes Nobre, segundo Paula de Almeida (Den. 384), julgava que “divina e humanamente podia conversar aquele gentio negro chamado Papa por que trazia contas e adorava as cruces”.

59 Confissões, 79.

terra da fazenda do dito Fernão Cabral”, denunciou Belchior da Fonseca, “a saber Felipe e Mangue cristão, Cão Grande, cristão, seu filho Gabriel e todos os mais que o dito Fernão Cabral tinha na dita fazenda do gentio desta terra, cristãos todos, andavam na dita santidade e criam nela”⁶⁰. Acrescentemos que o gentio de Guiné também seguia na mesma orientação. A negra Petronilha, escrava de Ambrósio Peixoto, genro de Fernão Cabral, desfechou uma bofetada numa imagem de N. Senhora, blasfemando que ela não prestava porque era táboa, “que melhor era a sua dos gentios, de pedra, que se bolia quando chegavam a ela”⁶¹. Mamelucos, mulatos e brancos aceitavam, por igual, a *santidade*. Baltazar de Siqueira, criado do senhorio de Jaguaripe, é um deles. Dos mais entusiastas, por sinal, garantiu Gaspar de Góis⁶². Francisco de Abreu, de bôa família do Algarve, Simão da Silva, sobrinho do Governador Manuel Teles Barrêto, Antônio Lopes da Ilhoa, cristão novo, veneraram a idolatria selvagem⁶³.

A fama da *Santidade*, depois do seu estabelecimento em Jaguaripe, ganhou o Recôncavo. Novas fugas de *brasís* são conhecidas a partir da instalação do culto nas terras de Fernão Cabral. Os adoradores vinham, muitas vezes fugidos, de pontos da redondeza. Belchior da Fonseca, que ao tempo vivia em Jaguaripe, deixou uma relação dos índios por lá aparecidos. “Depois da dita *santidade* está na dita aldeia”, informou ele “se ajuntaram nela alguns negros cristãos que fugiram a seus senhores, a saber: “não

60 Denúncias, 278.

61 Denúncias, 550.

62 Denúncias, 312.

63 Denúncias, 266.

sabe quantos de Gaspar Francisco de Itaparica e Alexandre de Antônio Pires, do Rio Vermelho e dez ou doze negros de Catarina Álvares, defunta sogra de Antão Gil, morador em Vila Velha e duas ou três negras de Gonçalo Veloso de Barros desta cidade e outros mais que lhe não lembram os nomes quais todos eram do gentio da terra, cristãos e justamente com os ditos gentios tomaram sua erronia e crença e a tinham fazendo as mesmas cerimônias e idolatrias”⁶⁴. Também de outros fugiram escravos. “Ele denunciante”, disse João Braz, “foi falar com ele (Fernão Cabral) então pedindo dois negros alheios e um seu cristão que tinham fugido para a dita *santidade*”⁶⁵. Para melhor compreensão do ambiente, convém repetir as palavras de Bernardino Ribeiro de Gram: “fugiram de toda a Bahia escravos e índios cristãos a fazer as cerimônias dos gentios”⁶⁶.

A AÇÃO DO GOVERNADOR

Crescia o prestígio da *santidade*. A *Mãe de Deus*, desempenhando, na ausência do *Papa*, o papel mais preeminente, batizava, entre alaridos, os novos sectários⁶⁷. A conversão importava

64 Denúncias, 278. A sogra de Antônio Gil é a famosa esposa de Diogo Álvares. Antônio Gil, vereador em 1581, era casado com Garcia Álvares, filha legítima de Caramurú e Catarina.

65 Denúncias, 351.

66 Denúncias, 382.

67 A **Mãe de Deus** era mulher do índio Aricute. Confissões, 170 e Denúncias, 276.

na mudança de nome. Um dos escravos de Gaspar Francisco, de Itaparica, chamado Luiz, passou a ser *Unduari*; Domingos, tacheiro do engenho, adotou o nome *Bujurí*; Cão Grande, negro de Fernão Cabral, ficou sendo *Pai Jesus Pocu*, que queria dizer, Senhor Jesus Comprido⁶⁸. Os recém-batizados passavam a desfrutar a mesma vida ociosa dos velhos crentes, confiando em todos os milagres prometidos. Tornavam-se, assim, temivelmente perigosos. Constituíam um problema. A situação causava preocupações na capital da Colônia. Agravara-se aquela ameaça antevista quando o ídolo ainda andava pelos sertões. O Governador Manuel Teles Barrêto, pesando suas responsabilidades, deliberou intervir com energia. Julgamos que, a princípio, mandando verificar, *in loco*, as verdadeiras proporções do caso. Servimo-nos no levantamento da hipótese, de uma informação apanhada no depoimento de Antônio da Fonseca, homem da governança da cidade, sobre certa diligência havida, na qual tomaram parte Fernão Vaz, Antonio Correia e Antônio Fernandes Coelho, que teriam estado no engenho do Jaguaripe⁶⁹. É bem provável que tivessem ido sondar o ambiente, auscultar o pensamento de Fernão Cabral, conhecer a força dos fanáticos. Posteriormente, de certo bem informado a respeito da situação, o Governador mandou cortar o mal pela raiz, destruindo a igreja, apreendendo o ídolo de pedra, prendendo os principais da *erronia*. A tarefa foi entregue a Bernardino Ribeiro da Gram, português de Setubal, filho do patrão velho da Bahia, Estevam Lopes da Gamam, a quem sucedera no cargo. Bernardino Ribeiro,

68 Denúncias, 353 e Confissões, 105.

69 Denúncias, 382.

munido de uma provisão do Governador, apresentou-se na fazenda de Jaguaripe, solicitando os necessários auxílios para o bom desempenho do mandato. Fernão Cabral apontou dificuldades. Receiava que os índios matassem o delegado do Govêrno. Negou-se, por fim, a fornecer qualquer ajuda, insistindo com Bernardino Ribeiro para desistir da temerária empresa⁷⁰. Não foi, porém, atendido. O emissário de Manuel Teles Barrêto, seguido de pessoa de sua confiança, rumou até o local sagrado. Conhecedor da língua tupi, falou aos indígenas. Que eles estavam cercados de muitos cristãos, que seriam presos e mortos em caso de qualquer reação. A linguagem foi convincente. Aquietaram-se os adoradores. Viram, sem qualquer gesto de rebeldia, a queima da *Nova Jerusalém*, deixaram sair a “figura de mármore e os livros e mais cousas de suas cerimônias, que tudo entregou ao Governador”, dirá, tempos decorridos, o afortunado mensageiro⁷¹.

Terminou bem, sem luta, sem derramamento de sangue, uma missão que se considerava arriscada. Destruido o templo, Bernardinho da Gram empresou Fernão Cabral a levar presos os índias e as índias que se anunciavam santos e santas⁷². A ordem foi executada. “A dita gentia que chamavam a “Mãe de Deus”, noticiou Fernão Cabral, “com seu marido e com todos os mais escravos que na dita companhia desceram foram entregues ao Governador”⁷³. Alguns foram mandados ao reino, acrescenta Francisco de Abreu⁷⁴.

70 Denúncias, 382.

71 Denúncias, 382.

72 Denúncias, 382.

73 Confissões, 29.

74 Denúncias, 316.

Terminaria aí a história da *santidade*, se não houvesse surgido, na terra de Santa Cruz, algum tempo depois, a primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil.

FERNÃO CABRAL DE ATAÍDE

Nas malhas da Santa Inquisição, como principal responsável pelo episódio da *santidade* de Jaguaripe, caiu Fernão Cabral de Ataíde, natural de Silves, cidade de Algarve. É preciso conhecer, pois, para melhor compreensão dos fatos, um pouco da sua acidentada biografia.

De idade de 50 anos, conforme declaração própria, a 2 de agosto de 1591. Cristão velho, no tempo da graça, acentuou. Somente um dos seus inúmeros denunciadores duvidou das origens de Fernão Cabral, assim mesmo falando sem segurança. “Ouvii dizer”, denunciou Rui Lourenço Perdigão, “que tinha sangue de cristão novo, porém ele não no tem por certo”⁷⁵. Na grande maioria, as declarações aparecem, constantemente: “dizem ser fidalgo”, “dizem ser de boa geração”, “de nobre geração”. Francisco de Abreu, que se anunciou ligado por laços de parentesco ao denunciado, também nascido no Algarve, assegurou que ele era “homem de geração nobre”⁷⁶. Descendente de Pedro Álvares Cabral, anotou, na “Crônica de Ilheus”, João da Silva Campos, sem

⁷⁵ Denúncias, 332.

⁷⁶ Denúncias, 316.

indicar a procedência do informe⁷⁷. Nada apuramos, infelizmente, em caráter definitivo. Indícios, todavia, do parentesco poderemos apontar. Vejamos alguns. O pai de Fernão Cabral de Ataíde era Diogo Fernandes Cabral. Um dos irmãos de Pedro Álvares Cabral, filho natural de Fernão Cabral, também se chamava Diogo Fernandes Cabral, tendo sido Prior dos Povos e Deão da Capela d'el Rei D. Manuel⁷⁸. Observamos, ainda, a constância do nome Fernão Cabral na família do descobridor do Brasil. Fernand'Álvares Cabral era seu avô paterno, Fernão Cabral, seu pai. Três primos do capitão-mór de 1500 se chamavam Fernão Cabral, sendo que um deles, por alcunha o Gigante da Beira, cortou as orelhas de um inimigo dando lugar à cantiga:

Quem quiser comprar orelhas
Que vão duas ao real
Vá à casa de Fernão Cabral⁷⁹.

Viviam, no século XVI, no Brasil alguns parentes de Pedro Álvares Cabral, inclusive uma bisneta, Branca Cabral, casada com Simão da Costa, que morava em S. Paulo⁸⁰. Não é, portanto, despropositado aceitar como verdadeira a notícia de Silva Campos que, digamos de passagem, era pesquisador criterioso.

77 Campos (J. da Silva) – Crônica de Ilhéus – 100.

78 Morais (Cristovão Alão) – Pedatura Luzitana – Tomo III – vol. I – págs. 77 a 86.

79 Morais (C. A.) – op. cit. 81.

80 Pereira (Batista) – Vultos e Episódios do Brasil, p. 243.

Chegando à Bahia, não sabemos quando, Fernão Cabral cêdo se tornou um homem próspero. Foi dos primeiros povoadores do rio Jaguaripe. Em 1571, vamos encontrá-lo em luta com os jesuítas. Prendia-se à escravização de índios seu caso com os inacianos. Em resumo, a história da querela, que vem narrada num auto lavrado pelo tabelião Diogo Ribeiro, peça anexa ao “Discurso das Aldeias”, é a seguinte:

Fugira para a aldeia de Santo Antônio, situada nove léguas ao norte da cidade do Salvador, uma índia da fazenda de Fernão Cabral. Mandaram-na os padres entregar ao Ouvidor Geral, de acôrdo com a lei. Cabia à referida autoridade solucionar o caso, desde que lhe fôsse apresentado o título legal de posse, prova que deveria ser feita, no caso, pelo senhorio de Jaguaripe. Fernão Cabral não se movimentou, embora avisado em tempo, inclusive pelo sogro, que pediu e obteve do Ouvidor o praso de alguns dias para que o genro providenciasse como era mistér. Extinguindo-se o prazo concedido, Diogo Zorrilha, procurador dos índios, diligenciou a liberdade da gentia. Livre, retornou ela à aldeia jesuística. Irritou-se Fernão Cabral. Escreveu cartas aos padres Gaspar Lourenço e João Pereira insistindo pela devolução da *negra da terra*. Não sendo atendido, jurou tirar vingança. Ameaçou tomar, de qualquer forma, índios da aldeia de S. João e Santiago. Não parou aí. Passando à ação, apoderou-se, violentamente, de alguns indígenas e forros. Blaterou, por fim: “não tinha que vêr com as padres, nem com o Governador e que mais era seu poder que todas as justiças”. Considerando-se desrespeitados, os padres quiseram entregar todas as aldeias ao Governador Geral. Sem

garantias não continuariam responsáveis pela manutenção da ordem nos seus aldeamentos. Mem de Sá prometeu fazer a devida justiça solicitando alguns dias para solucionar a pendência. O Vice-Provincial, Antônio Pires, concordou. Graças ao modo enérgico do terceiro Governador, os índios foram devolvidos aos aldeamentos dos padres⁸¹.

O episódio é sintomático. Revela-nos a arrogância do senhor de engenho, querendo resolver pela força suas questões, ameaçador, ambicioso, tudo fazendo para possuir muitos e muitos escravos.

Na época de Gabriel Soares, vamos encontrar Fernão Cabral entre os colonos mais ricos da terra, possuidor de um dos melhores engenhos do Recôncavo. O cronista descreve, com certo entusiasmo, a propriedade ribeirinha. “Junto da cachoeira”, diz o autor do Tratado Descritivo do Brasil, “virando sobre a mão direita para baixo, está um engenho d’água de Fernão Cabral de Ataíde, obra mui formosa e armada de nobres edifícios de casas e vivenda e de outras oficinas e de uma igreja de São Bento, mui bem acabada, o qual engenho está feito nas terras del Rei, que estão livres de todo o foro, em que costumam por os capitães”⁸². Em 1591, seus bens montavam a 20 mil cruzados, na opinião de várias pessoas⁸³. Um engenho muito bem aparelhado, boas terras,

81 Anchieta (José) – Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões – Rio – págs. 363 a 365. Também Serafim Leite, op. cit., pág. 74.

82 Souza (Gabriel Soares de) – Tratado Descritivo do Brasil – Ed. Bras. 166.

83 Denúncias, 305, 309, 311 e 322.

numerosos escravos, embarcações, asseguravam ao algarvio uma invejável posição econômica na Colônia⁸⁴.

“Amigos de fazer esmolas e boas obras”, “homem de bom entendimento e esmoler”, proclamaram alguns dos seus denunciante⁸⁵. De um modo geral, desfrutava bom conceito. Homem de bom entendimento, discreto, sisudo, prudente, são juízos a seu respeito que constam de vários depoimentos⁸⁶. Aqui e acolá uma pessoa que se declara sua inimiga⁸⁷. Interessante, porém, registrar que entre o conceito que dele faziam e atos que He atribuíam ia uma grande diferença. Era acusado de blasfemo, de desrespeitador de senhoras, de homicida.

A seu crédito, uma entrada punitiva dos aimorés de Ilheus, em 1586. Recebera a incumbência de Manuel Teles Barrêto e tivera por companheiro Diogo Correia de Sande, outro poderoso senhor de engenho na Bahia. Frei Vicente do Salvador, a quem devemos o conhecimento do feito, conta que a expedição não logrou êxito porque os indígenas escondidos pelos matos tramaram um combate decisivo⁸⁸. A expedição contra os tapuias, que se teria organizado após a destruição da *santidade*, indica que Manuel Teles Barrêto não hostilizava Fernão Cabral, tanto que aproveitou seus serviços numa missão de responsabilidade. Poderia ter sido até, convenhamos, um modo de cobrar dívidas...

84 Denúncias, 428.

85 Denúncias, 472 e 477

86 Denúncias, 309, 312, 329, 332, 341, 351 e 397.

87 Denúncias, 329 e 342.

88 Salvador (Frei Vicente) – História do Brasil – 3ª ed., pág. 328.

Casara-se com Margarida da Costa, cristã velha, natural de Moura, distrito de Beja, filha de Manuel da Costa e sua mulher Beatriz Lopes Gouveia⁸⁹. Mais moça do que o esposo 10 anos, contrairá núpcias antes de 1571, porque, neste ano, como vimos anteriormente, no auto lavrado pelo tabelião Diogo Ribeiro, a propósito da contenda com os jesuítas, havia referência ao sogro de Fernão Cabral, morador na Bahia⁹⁰. A genitora de D. Margarida ainda vivia em 1591⁹¹. Uma irmã de Manuel da Costa, tia, portanto, da mulher de Fernão Cabral, falecera pouco antes da chegada do Santo Ofício, tanto assim que ainda se estavam acertando, em agosto de 1591, contas do seu inventário, herdando Beatriz de Ataíde, alguns escravos⁹². Beatriz de Ataíde, esposa do desembargador Ambrósio Peixoto de Carvalho, do desembargo de Sua Majestade, provedor mór dos defuntos e ausentes, era filha do casal Fernão Cabral – Margarida da Costa. Trata-se da única filha de Fernão Cabral que conseguimos identificar. É certo, porém que houve pelos menos outra filha do consórcio. Margarida da Fonseca, com 17 anos na época da Visitação, morando em Jaguaripe, “ia aos domingos e dias santos à casa de Fernão Cabral, seu vizinho, folgar com suas filhas”⁹³. Pero de Campos, Deão da Sé, ouviu que o “dito Fernão Cabral e suas filhas adoravam o ídolo da dita chamada santidade”⁹⁴. Referências, ambas, a 1585. Em 1591, Beatriz de

89 Confissões, 78.

90 Anchieta – op. cit. 363.

91 Denúncias, 97. “É amiga da sogra de F. Cabral”, disse Beatriz Lemos.

92 Denúncias, 383 e Confissões, 88.

93 Denúncias, 352.

94 Denúncias, 470.

Lemos falou, apenas, de uma filha de Fernão Cabral de quem se considerava amiga⁹⁵.

A RESPONSABILIDADE DE FERNÃO CABRAL

Por que Fernão Cabral trouxera e conservara em sua fazenda a *santidade* e seus adoradores? “Sua intenção”, respondeu o acusado, “foi tirá-la e trazê-la do sertão para a extinguir, como de feito extinguiu a parte que veio e a dita sua aldeia”⁹⁶. Propósito louvável, indiscutivelmente. Muitos dos seus contemporâneos, todavia, não aceitaram a explicação. Objetivava, sim, o aumento da sua escravaria. Consentia a dita chamada “*santidade* para com isso adquirir assim muitos negros, supunha Domingos de Almeida⁹⁷; Domingos de Oliveira, que o considerava bom cristão, ajuizava: “que lhe parece que fazia aquilo para adquirir assim a gente gentia” ⁹⁸; Pero Durazio, juiz dos órfãos da cidade, pensava como os outros dois: “que lhe parece que a causa de fazer e consentir o sobredito foi o interesse do seu proveito temporal”⁹⁹. O passado de Fernão Cabral nos proporciona elementos para concordar com os julgamentos acima. Seu choque com a Companhia de Jesus em 1571 tivera a mesma causa: o trabalho escravo. Não devemos,

95 Denúncias, 477.

96 Confissões, 29.

97 Denúncias, 251.

98 Denúncias, 266.

99 Denúncias, 472.



contudo, olvidar que ele era um homem supersticioso. Ambição e superstição andaram juntas. E juntas perderam o rico senhorio de Jaguaripe.

Há, ainda, um outro aspecto a estudar para caracterizar a responsabilidade de Fernão Cabral de Ataíde. Quando se confessou perante o Santo Ofício, referiu que mandara derrubar a igreja dos selvícolas, cumprindo determinações de Tele Barreto. Sua palavra entra em choque com o depoimento de Bernardino da Gram, já mencionado no presente estudo. Bernardino declarou que Fernão Cabral não só deixaria de lhe prestar qualquer auxílio, como até embaraços, falando em coisas graves que poderiam suceder. A verdade, no caso em tela, está com o representante do Governo. Fernão Cabral não destruiu a *casa sagrada* do gentio. Francisco de Abreu, parente e amigo de Cabral, deixou esclarecido o assunto. Recebendo a notificação do Governador, o senhor de engenho turbulento ponderou que era preciso aguardar a volta dos homens que ainda estavam nos sertões. Sem embargo desta reposta, aliançou Francisco de Abreu, o Governador Manuel Teles Barreto “mandou desfazer a dita chamada santidade e prender os gentios principais dela”¹⁰⁰. confirma-se, assim, que o potentado tentou protelar, senão mesmo embaraçar, a ação governamental na momentosa questão.

Falta, porém, um documento, de inestimável valor, para o julgamento definitivo de Fernão Cabral de Ataíde: a certidão passada por Manuel Teles Barreto na qual vinha relatada a participação de Cabral no negócio da *santidade*. A importante declaração, que o

100 Denúncias, 316.

interessado pediu a Heitor Furtado de Mendonça para trasladar no livro competente, não se encontra publicada nos livros da Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil¹⁰¹. O desconhecimento do texto, que o valioso papel continha, naturalmente esclarecendo a atuação de Fernão Cabral nos acontecimentos de 1585, deixa, portanto, em suspenso, qualquer juízo a respeito.

A QUEIMAÇÃO DA NEGRA

Pesava, ainda, sobre Fernão Cabral a imputabilidade de um crime, que provocou grande escândalo no seio da sociedade baiana – a queima de uma escrava jogada, por ordem de seu senhor, viva e prenhe, na fornalha do engenho. O fato de ter-se-ia dado pouco antes do aparecimento da *santidade*. Beatriz Gomes, denunciando a 27 de agosto, disse que os dois casos foram conhecidos quase ao mesmo tempo¹⁰². Bernardinho Ribeiro da Gram, quando foi buscar o ídolo, soube, em Jaguaripe, que uma negra do gentio fôra queimada na fornalha¹⁰³. A queimação é, portanto, anterior ao surgimento da *santidade*.

Quem primeiro levou ao Santo Ofício a denúncia do doloroso evento foi Domingos de Oliveira, tabeliai público e judicial da cidade. A denúncia está datada de 2 de agosto de 1591¹⁰⁴. No mesmo dia, o acusado comparecia diante da Mesa, confessava-se

101 Confissões, 29.

102 Denúncias, 482.

103 Denúncias, 382.

104 Denúncias, 264.

e pedia misericórdia, tendo confirmado que uma negra do gentio fôra lançada ao fogo no engenho de sua propriedade. Sua confissão vale conhecida. “Uma noite estando sua negra inchada de comer terra e quase para morrer por fazer medo e terror aos outros que não comessem terra, disse a dois negros seus que a botassem na fornalha e depois dele recolhido os ditos negros a lançaram na fornalha onde se queimou”. E sendo mais perguntando, acrescentou: “que quando disse aos escravos que queimassem a dita negra a sua intenção foi somente por lhe pôr medo a ela e aos outros e não querer que a queimasse e quando no dia seguinte soube lhe pesou muito” ¹⁰⁵.

Não podendo negar o crime, que era do conhecimento público, apressou-se em confessar o que fizera, no período da graça, concedido aqueles “que se acusassem e confessassem perante o Visitador” ¹⁰⁶. Portou-se, então, com humildade, muito diferente da criatura arrogante que costumava ser. O sentimento que, pensamos, era bem mais forte, na questão em foco, do que relativamente à participação que tivera na descida da santidade. O caso da negra era seu grande crime¹⁰⁷.

As declarações de Fernão Cabral, constantes da confissão supra, não representam a verdade dos fatos. A inchação da índia, que ele atribuía ao vício de comer terra, tinha outra causa. Não há dúvida que, entre os indígenas, a geofagia era muito comum.

105 Confissões, 29.

106 Confissões, 15. O período era de 30 dias para os moradores da cidade e uma legra em seu redor.

107 André Fernandes Margalho também era indigitado autor de idêntico crime. Gaspar de Palma, o denunciante. Denúncias, 322.

Gabriel Soares tratou do costume numa das páginas do seu livro memorável. “Tem este gentio, escreveu ele, “outra barbaria muito grande, que se tomam qualquer desgosto se arranjam de maneira que determinam de morrer; e põem-se a comer terra, cada dia uma pouco, até que vem a definhar e inchar o rosto e olhos e ao morrer disso, sem ninguém poder valer, nem desviar de se quererem matar; o que afirmam que lhe ensinou o diabo e que lhes aparece, como se determinam a comer a terra”¹⁰⁸. Como estamos vendo, o vício era uma espécie de marcha para a morte, que ninguém teria forças de impedir. Como, pois, aceitar, sem a devida reserva, a declaração de Fernão Cabral? Por que ameaçar de morte quem não queria outra coisa senão morrer? O motivo da inchação era bem outro, solertemente escondido pelo confesante. A mulher queimada estava grávida. Várias pessoas assim o disseram, fundamentadas na fama pública que corria. A Paula de Barros asseverou Clemência Dória ser “verdade que a negra que Fernão Cabral queimara viva ia prenhe”¹⁰⁹. Beatriz Gomes também sabia do estado da infortunada *cunbã*¹¹⁰. No mesmo sentido é o depoimento de Bernardino Ribeiro da Gram, que colhei a notícia no local do trágico sucesso: “uma sua índia cristã prenha que no fogo lhe arrebentou a criança”¹¹¹.

O castigo aplicado, segundo um denunciante, prendia-se a outra razão. O móvel do crime era diferente daquele alegado. A negra contara a D. Margarida da Costa, algumas coisas a respeito

108 Souza (G. S.) – op. cit. 382.

109 Denúncias, 417.

110 Denúncias, 482.

111 Denúncias, 382.

de Fernão Cabral¹¹². Homem cheio de superstições, dava crédito pás conversas da bruchas, porém, prepotente como era, confiava mais no valor das ameaças para obter a posse das fêmeas. Não respeitava sequer as relações de família. Também não olhava lugar para intentar suas aventuras. Na capela do seu engenho, tentou um comadre, Luiza de Almeida, esposa de João de Almeida. Sentindo-se ofendida, ela contou o sucedido aos parentes e apresentou denúncia à Mesa da Santa Inquisição. Num dia de domingo, narrou Luiza Almeida, depois da missa, na capela de S. Bento, no engenho do seu compadre, estando o templo vazio, enquanto ela aguardava que os escravos preparassem a condução, apareceu Fernão Cabral “com palavras claras e desonestas”. Repelindo-o, Luiza disse, entre outras coisas, que eles eram compadres. “Tanto montava dormir carnalmente com comadre, como com quem não é”, replicou o dono da fazenda, “e que tudo mais eram carantonhas e que com uma bochecha d’água se lavava tudo”. Por fim, torcendo os bigodes, ameaçou: “se ela não fazia aquela desonestidade ali dentro da igreja, que na fôrça pelasse ele as barbas se não lhe tomasse o dito seu marido e o amarrasse a uma árvore e perante ele dormisse com ela por fôrça quando por vontade não o quisesse”¹¹³. Não será desarrazoado admitir, diante do exposto, que a índia barbaramente morte houvesse contado a Margarida da Costa algo parecido...

112 Denúncias, 266. Denúncia de Domingos de Oliveira. Denúncias, 339. muitas pessoas usavam as ditas palavras, naquele e noutros momentos, convencidos que ela faziam despertar paixões. Denúncias, 311, 339 e 373 e Confissões, 49 e 61.

113 Denúncias, 365 a 366. Além de Luiza de Almeida, depuseram a respeito Paula de Almeida, sua irmã (Den. 352) e Belchior da Fonsêca, seu cunhado (Den. 277). O capelão de S. Bento era o padre Lucas de Figueiredo.

Garantiu Fernão Cabral que não estava presente no momento da queima da escrava. Há, entretanto, um depoimento em contrário. Baltazar Pereira, amigo de Fernão Cabral, depôs: “ouviu dizer a João Braz, carpinteiro que foi daqui para o reino, que ele vira ao dito Fernão Cabral lançar na fornalha do engenho uma negra da terra cristã e a queimara viva e que querendo-lhe um homem da fazenda acudir-lhe, ele o tratara mal e a negra se fez em cinza”¹¹⁴. É bem verdade que, invalidando de certo modo o depoimento acima, nove dias depois desta denúncia, compareceu um homem por nome João Braz, carpinteiro da ribeira, que bem poderá ser a apontada testemunha de vista, denunciando coisas, inclusive o apoio de Cabral aos fanáticos da *santidade*, mas silenciando quanto à queima da índia¹¹⁵. Com o silêncio do carpinteiro, talvez intencional, na hipótese de ser o próprio da denúncia de Baltazar Pereira, ficamos sem a melhor prova contra o senhorio acusado¹¹⁶. Outros informantes, porém, tidos e havidos por verdadeiros, se nos deparam. Belchior da Fonseca, que morou em Jaguaripe, “ouviu dizer publicamente que Fernão Cabral mandara meter na fornalha do engenho uma escrava da terra, que se chamava Izabel e a lançaram na fornalha atada a um pau seu negro da Guiné por nome João primeiro, já defunto e Domingos Camacho, que então era feitor do engenho e ora está em

114 Denúncias, 295.

115 Denúncias, 350.

116 Fernão Cardim, a 14 de agosto, três dias antes da denúncia de João Braz, falou num João Braz casado no Rio de Janeiro, também tratando de acontecimentos ligados ao idolo. Será ele o citado por Baltazar Pereira? Então, a testemunha de vista não seria o denunciante que apontei. (Den. 328).

Tucumão nas Índias de Castela”¹¹⁷. Cunhado de Luiza d’Almeida, o denunciante poderá ser considerado suspeito. Bateremos, então, noutras portas. Gaspar da Palma, cônego da Sé, revelou também: “ouviu dizer em fama pública e verdadeira que o dito Fernão Cabral tomou uma escrava cristã do gentio da terra a mandou queimar viva e mandou que quem a acudisse que também o queimassem vivo e pedindo-lhe muitos homens que não fizesse tal não deixou de o fazer”¹¹⁸. Conforme o cônego da Sé, o fato é verdadeiro e seu conhecimento agrava a situação de Cabral, que não somente ordenara o sacrifício de um ente humano, como ainda deixara de atender aos apêlos no sentido de suspender a execução monstruosa. Nuno Pereira de carvalho fornece pormenores sobre a queimação, que constituem provas contra o nosso biografado. “Foi também fama pública havia por verdadeira, nesta terra, que o dito Fernão Cabral na dita sua fazenda mandou pelos seus meter na boca da fornalha do engenho uma escrava da terra cristã, a qual estando se queimando chamou por Deus e por Nossa Senhora e por todos os Anjos e Santos do paraíso que lhe acudissem e depois chamou pelos fieis e gente do engenho que lhe valesse e por ver que ninguém lhe acudia, por que todos os da fazenda com medo do dito Fernão Cabral não ousavam acudir, disse a dita escrava que pois nem Deus, nem os Santos nem os cristãos lhe acudiam lhe valessem os diabos do Inferno e assim se queimou a dita escrava e desfez em cinza”¹¹⁹.

117 Denúncias, 277.

118 Denúncias, 277.

119 Denúncias, 322.

A CONDENAÇÃO

Terminada a confissão de Fernão Cabral de Ataíde, registrada no livro competente, “foi lhe mandado ter segredo o qual prometeu ter pelo juramento que recebeu e assinou com o sr. Visitador, pedindo-lhe com ele de misericórdia, pois se vinha confessar dentro deste tempo da graça”¹²⁰. Já três pessoas, a 2 de agosto de 1591, dia de sua confissão haviam denunciado Fernão Cabral. Mais de 30 pessoas, até 27 de agosto, ou seja no período da graça, reportaram-se aos crimes do senhor de engenho. Em muitas confissões também surgiram menções ao seu modo de proceder. Seu caso passou a ser “a cousa notável de que tomou conhecimento o Visitador e que aparentemente mais o preocupou”¹²¹. Foi necessário, diante da gravidade das acusações, mandar prendê-lo.

A prisão deve ter ocorrido em setembro¹²². Permaneceu preso até novembro do ano seguinte, quando foi condenado a dois anos de desterro do Brasil¹²³. Sentença misericordiosa na opinião do padre Anchieta. No consenso geral. Sentença misericordiosa, teria reconhecido até mesmo Fernão Cabral de Ataíde, informou ao capitão Miguel de Azevedo, em carta de 1 de dezembro de 1952, o venerável José de Anchieta, dando notícias do dr. Ambrósio

120 Confissões, 29.

121 Azevedo (João Lúcio de) História dos Cristãos Novos Portugueses Lisboa 1921 pág. 227.

122 Denúncias, 530. Catarina de Almeida, a 14 de outubro, diz que Cabral fôra preso há um mês. Margarida da Costa, em outubro, confirma a prisão do marido.

123 Azevedo — op. cit. 283.

Peixoto de Carvalho: “seu sogro Fernão Cabral saiu agora com sua sentença, foi misericordiosa segundo todos afirmam e ele próprio reconheceu dando graças ao Inquisitor e a todos os adjuntos da Mesa pela mercê que lhe faziam, merecendo muito mais suas culpas e isto de joelhos, com muita humildade”¹²⁴.

Termina aí a história de Fernão Cabral de Ataíde. Depois de carta de canarino, não mais encontramos em torno da movimentada existência do homem mais falado da Bahia na era da Primeira Visitação do Santo Ofício.

124 Anchieta, op. cit. 283. Ambrósio Peixoto de Carvalho, filho do Dr. Gonçalo Vaz Peixoto, e Dr. Madalena de Carvalho, natural de Guimarães, nasceu em 1554. Deve ter influído bastante no julgamento do sogro.

TÍTULOS DA COLEÇÃO NORDESTINA

- 1. Joaquim Nabuco: abolição e a república**
Manuel Correia de Andrade
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE
- 2. A ciência e os sistemas**
Pedro Américo
Editora da Universidade Federal da Paraíba/EDUFPB
- 3. A Escrita da História na Casa de Sergipe – 1913/ 1999**
Itamar Freitas (org.)
Editora da Universidade Federal de Sergipe/EDUFS
- 4. Flor de romances trágicos**
Luis da Câmara Cascudo
Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/
EDUFRN
- 5. História da minha infância**
Gilberto Amado
Editora da Universidade Federal de Sergipe/EDUFS
- 6. Cancioneiro Geral**
Martins Napoleão
Editora da Universidade Federal do Piauí/EDUFPI
- 7. Cartas Literárias**
Adolfo Caminha
Editora da Universidade Federal do Ceará/EDUFC
- 8. Imagens de um Tempo em movimento - Cinema e Cultura na Bahia nos anos JK (1956-1961)**
Maria do Socorro Silva Carvalho
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA

- 9. Canais e Lagoas**
Octávio Brandão
Editora da Universidade Federal da Alagoas/EDUFAL
- 10. Cordéis**
Patativa do Assaré
Editora da Universidade Federal do Ceará/EDUFC
- 11. Frei Caneca: acusação e defesa**
Socorro Ferraz (org.)
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE
- 12. Zé Limeira: o poeta do absurdo**
Orlando Tejo
Editora da Universidade Federal da Paraíba/EDUFPB
- 13. Um código setencista inédito de Gregório de Matos**
Fernando da Rocha Peres e Silvia la Regina (orgs.)
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA
- 14. Os Índios Tupi-Guarani na Pré-História, suas invasões do Brasil e o Paraguay, seu destino após descobrimento**
Moacyr Soares Pereira
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
- 15. A Ciência e os Sistemas: Questões de História e Filosofia Natural**
Pedro Américo
Editora da Universidade Federal da Paraíba/EDUFPB
- 16. Macau**
Aurélio Pinheiro
Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/
EDUFRN

**17. Os Portugueses no Brasil – Estudo Histórico e Crítico
(séc. XVI ao séc. XIX)**

Felisberto Freire

Editora da Universidade Federal de Sergipe/EDUFS

18. Cancioneiro Geral Vol. 2

Martins Napoleão

Editora da Universidade Federal do Piauí/EDUFPI

19. O conto em 25 baianos

Cyro de Mattos (org.)

Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz- EDITUS/
UESC

20. Antecipações

Gilberto Freyre

Editora da Universidade Estadual de Pernambuco/EDUPE

21. Naufrágio e prosopopéia

Afonso Luiz Piloto e Bento Teixeira

Universidade Federal de Pernambuco

Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE

22. Horto

Auta de Souza

Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/
EDUFRN

23. Apontamentos Folclóricos

Frederico Edelweiss

Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA

**24. Maceió de outrora (org. e apresentação de Raquel
Rocha)**

Felix Lima Júnior

Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL

- 25. José Lins do Rego: modernismo e regionalismo**
José Aderaldo Castelo
Editora da Universidade Federal da Paraíba/EDUFPB
- 26. Delírio da Solidão**
Jader de Carvalho
Editora da Universidade Federal do Ceará/EDUFC
- 27. O catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social**
Thales de Azevedo
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA
- 28. Contos**
Adolfo Caminha
Editora da Universidade Federal do Ceará/EDUFC
- 29. O bangüê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**
Manoel Diegues Júnior
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
- 30. Nossa Senhora dos Guararapes**
Bernardino Freire de F. A. e Castro
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE
- 31. História do Modernismo em Alagoas**
Moacir Medeiros de Sant'ana
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
- 32. Economia pernambucana no século XVII**
Manoel Correia de Andrade
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE

- 33. O Príncipe de Joinville na Bahia, na Ilha de Santa Helena e no Golfo da Guiné**
Waldir Freitas Oliveira
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA
- 34. Dias e noites**
Tobias Barreto (org. Luiz Antonio Barreto)
Editora da Universidade Federal de Sergipe/EDUFS
- 35. Aves de arribação**
Antonio Sales
Editora da Universidade Federal do Ceará/EDUFC
- 36. Memórias: antes que me esqueça**
José Américo de Almeida
Editora da Universidade Federal da Paraíba/EDUFPB
- 37. Termos tupi na geografia de Sergipe**
Armando Guaraná
Editora da Universidade Federal de Sergipe/EDUFS
- 38. Antologia panorâmica do conto baiano – século XX**
Gerana Damulakis (org.)
Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC /
EDITUS
- 39. Como melhorar a escravidão**
Henry Koster (trad. Prefácio e notas: Nelson Patriota – estudo
introdutório Manuela Carneiro da Cunha)
Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/
EDUFRN
- 40. Naufrágio e prosopopéia**
Afonso Luiz Piloto e Bento Teixeira
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE

- 41. Acusação e Defesa**
Frei Caneca
Editora da Universidade de Pernambuco/EDUFPE
- 42. O Catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social**
Thales de Azevedo
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA
- 43. O Engenho de Açúcar no Nordeste**
Manuel Diegues Júnior
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
- 44. O Brasil, o Poder e o Povo**
Miguel Arraes de Alencar
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE
- 45. Ação da Bahia na obra da independência nacional**
Braz do Amaral
Editora da Universidade do Estado da Bahia/EDUNEB
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA
- 46. Reisado Alagoano**
Théo Brandão
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
- 47. Gestos e Vozes de Pernambuco**
Luiz Delgado
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE
- 48. A literatura de cordel no nordeste do Brasil: da história escrita ao relato oral**
Julie Cavignac
Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
- 49. Os Cinemas da Bahia 1897-1918**
Silo Boccanera Júnior
Editora da Universidade do Estado da Bahia/EDUNEB
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA

- 50. A mestiçagem no Brasil**
Arthur Ramos
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
- 51. Cachaça: contos**
Francisco Julião
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE
- 52. Utopia Armada**
Dirceu Lindoso
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
- 53. O Theatro na Bahia da Colônia à República (1800-19230)**
Sílio Boccanera Júnior
Editora da Universidade do Estado da Bahia/EDUNEB
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA
- 54. Paremiologia Nordestina – 2ª. Edição Ampliada**
Fontes Ibiapina
Editora da Universidade Federal do Piauí/EDUFPI
- 55. Nelson Chaves - O homem além do tempo: A palavra de um cientista que amava sua terra e sua gente.**
Maria Christina de Almeida Costa e Eunice Salzano Lago.(Org.)
Editora da Universidade de Pernambuco/EDUFPE.
- 56. Resistência Indígena no Piauí Colonial: 1718-1774 – 2ª. Edição**
João Renor F. de Carvalho
Editora da Universidade Federal do Piauí/EDUFPI
- 57. A Língua do Nordeste – 4ª. Edição**
Mário Marroquim
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL

- 57. Gestos e Vozes de Pernambuco**
Luiz Delgado
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE.
- 58. A Pré – Revolução Brasileira.**
Celso Furtado
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE.
- 59. Casa e Balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1930)**
Mario Augusto da Silva Santos.
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA
- 60. Costumes Africanos no Brasil**
Manuel Querino
Editora da Universidade do Estado da Bahia/EDUNEB
- 61. A Testemunha na História e no Direito**
Jayme de Altavila
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
- 62. Poemário de Cordéis v.1**
Pedro Nonato Costa
Editora da Universidade Federal do Piauí / EDUFPI
- 63. Matas do Sertão de Baixo**
Isaías Alves
Editora da Universidade do Estado da Bahia/EDUNEB
- 64. O Sertão**
Carlota Freitas
Editora da Universidade Federal do Piauí / EDUFPI
- 65. Arquitetura colonial baiana: alguns aspectos de sua história**
Robert C. Smith
Editora da Universidade Federal da Bahia / EDUFBA

- 66. Folclore Negro das Alagoas**
Abelardo Duarte
Editora da Universidade Federal de Alagoas / EDUFAL
- 67. Universidade e democracia**
Luis de Magalhães Melo
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE.
- 68. Artigos e Crônicas de Edgar Barbosa. Volume I - (1927-1938)**
Organização, seleção, apresentação e notas de Nelson Patriota
Editora da UFRN – EDUFRN
- 69. Contos Reunidos**
Aramis Ribeiro Costa
EDITUS (Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz)
- 70. Portugueses na Bahia na segunda metade do séc. XIX: emigração e comércio**
Tania Risério d'Almeida Gandon
EDUNEB - Editora da Universidade do Estado da Bahia
- 71. Plínio de Almeida: obra reunida**
Flávio J. Simões Costa (Org.)
EDITUS - Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz
- 72. O Visconde de Cairu e o Brasil**
João Paulo Marques Sabido Costa
EDUNEB - Editora da Universidade do Estado da Bahia
- 73. Fernão Cabral de Ataíde e a Santidade de Jaguaripe**
José Calasans
EDUNEB - Editora da Universidade do Estado da Bahia

Formato: 150 x 220 mm
Fonte: GaramdITC BKCnBT, 12
Miolo: papel Pólen soft, 80gr/m²
Capa: papel supremo, 250gr/m²
Páginas: 70
Tiragem: 500
Impresso em 2011

A reedição de “Fernão Cabral de Ataíde e a Santidade do Jaguaripe”, obra cuja primeira publicação data do ano de 1952, vai permitir que este livro do historiador José Calasans Brandão da Silva, notável pelos seus estudos sobre folclore e, sobretudo, sobre o episódio histórico de Canudos, passe da condição de raridade almejada por alfarrabistas, bibliófilos e colecionadores, para se tornar útil instrumento para quantos desejem estudar a complexidade e as sutilezas da religiosidade popular, através dos acontecimentos ocorridos no recôncavo baiano no século XVII.

Iniciativa oportuna e feliz da Editora da UNEB - EDUNEB, por sugestão do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia - IGHB, porquanto este relançamento acontece na passagem do décimo aniversário de morte do autor, esta reedição acrescida das ilustrações do artista plástico Trípoli Gaudenzi e do prefácio especializado da doutora Luitgarde Barros, fica marcada não só pelo seu forte simbolismo, como também, pela inegável qualidade da publicação, que honra o homenageado e os seus realizadores. Cumprem assim, a Universidade e a Casa da Bahia, seus compromissos com a preservação da nossa memória histórica e a sempre necessária difusão do conhecimento.

ISBN 978-86-7887-092-8



9 788578 870928